

18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

## GT 22- Movimentos Sociais Contemporâneos

### Como os coletivos se mobilizam desde as manifestações de junho de 2013 em Belém<sup>1</sup>

Elcimar Maria de Oliveira Lima<sup>2</sup>

Heribert Schmitz<sup>3</sup>

#### Versão preliminar

#### Resumo

Desde junho de 2013, a população jovem de Belém está realizando ações de confronto, a exemplo do que tem acontecido no Brasil e no mundo, compreendido como Movimento dos Indignados. Diferente de protestos anteriores, as manifestações foram gestadas pela internet e protagonizadas por pessoas de diferentes grupos sociais, que se declaram autônomos, sem filiação partidária, sem hierarquia e sem liderança visível, por meio de “coletivos”. Os protestos passaram a não ter reivindicações prioritárias, mas a expressar um sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política do executivo e do legislativo. Mesmo não tendo sido organizadas por partidos, sindicatos ou movimentos organizados tradicionais, estas organizações apoiaram as manifestações desde o início. As pautas tornaram-se mais específicas e os coletivos, que se mantêm ativos até o momento, começaram a atuar em conjunto com as organizações tradicionais. O objetivo do artigo é identificar conteúdos, formas organizativas e estratégias de mobilização e interação dos coletivos que constituem o Movimento dos Indignados em Belém, que indiquem o surgimento de uma nova configuração militante.

**PALAVRAS CHAVE:** movimentos sociais, organização, mobilização, interação.

#### Introdução

Tal como ocorreu em nível global em 2011, o cenário nacional e local de mobilização social começou um processo de mudanças em 2013, mas que tem suas raízes alicerçadas na criação do Movimento Passe Livre (MPL). O MPL foi um dos primeiros movimentos sociais urbanos de âmbito nacional a se articular nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), já realizava ações coletivas de protesto pela tarifa zero desde que foi criado em janeiro de 2005, via redes e coletivos<sup>4</sup> distribuídos pelo

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela UFPA, em Belém (PA). E-mail: elcimar@ufpa.br.

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, em Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@amazonet.com.br

<sup>4</sup> De acordo com Heloisa Buarque de Hollanda, “coletivos são organizações autogeridas, descentralizadas, flexíveis e situacionais”. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>>. Acesso em 21 mai. 2017.

país, como as “Revoltas da Catraca” em Florianópolis (2004 e 2005); “Revolta de Vitória” (2005), Brasília (2009), São Paulo (2009, 2011), “Revolta de Teresina” (2011), “Revolta de Aracaju” (2012), “Revolta de Porto Alegre” e “Revolta de Goiânia” (2013) com êxitos e fracassos em suas demandas. Mas as mobilizações eram locais (MPL-SP, 2013). Como as manifestações não tinham ainda atingido o âmbito nacional, o país passou por períodos de relativa calma e estabilidade até meados de 2013.

Apesar da relativa calma e estabilidade, já havia indícios de que poderia de surgir uma mobilização de massa. Esse cenário se modificou a partir de junho de 2013 e ocorreu uma série de manifestações que se espalharam por todo o Brasil como uma maré furiosa e que, a exemplo da denominação atribuídas às manifestações de 2011 pelo mundo, chamaremos de “Movimento dos Indignados” (Mdi) (LARAÑA; DÍEZ, 2012; CASTELLS (2013); LARAÑA; DÍEZ, 2013; TEJERINA; PERUGORRIA, 2013; GOHN, 2013; GOHN, 2014).

Inúmeras pesquisas quantitativas foram feitas por organizações como o Ibope, Datafolha e outras, para caracterizar um perfil nas manifestantes nas ruas e nas redes sociais, mas pouco foi buscado no sentido de analisar os processos associativos dos coletivos que têm mobilizado seus integrantes e milhares de simpatizantes desde as manifestações de rua de 2013. Contudo, o grandioso número de pessoas nas ruas e praças nos diz pouco sobre os processos associativos que garantem a união de diferentes pessoas e coletivos em ações coletivas de confronto. Trataremos ações coletivas de confronto aqui de acordo com o entendimento de Tarrow (2009, p. 19): “A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades”. Segundo esse autor, as manifestações compõem apenas a ponta do iceberg cuja estrutura é muito mais profunda e grande (TARROW, 2009, p. 19). É imprescindível compreender como se constituem tais coletivos, como se inserem na organização das ações coletivas, como se relacionam inter e intragrupalmente em todo o processo que envolve o planejamento, a organização e a realização de uma ação coletiva de protesto composta por diferentes coletivos.

Nas recentes ondas de protestos observadas pelo mundo, destaca-se uma tendência de rejeitar qualquer forma de organização, a exemplo do Movimento dos Indignados (Occupy, 15M na Espanha), acompanhado da ausência de liderança visível e do distanciamento de organizações tradicionais e partidos políticos. Esses

movimentos surgidos na era das comunicações digitais difundem a ideia da democracia direta (real democracy now) com estruturas horizontais, em vez da democracia representativa e a combinação do ativismo online - principalmente pelo Facebook e Twitter - com ações mais tradicionais e presenciais (hybrid protests: online-offline) (TEJERINA; PERUGORRÍA, 2012, p. 107). Conforme Castells (2013, p. 16): “o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora”. Mesmo com essa nova forma de interação, continua a necessidade de encontros (being together) e “[...] o espaço físico ainda é o maior campo de batalha para a luta política” (TEJERINA; PERUGORRÍA, 2012, p. 107).

As principais abordagens teóricas dos movimentos sociais no século XX, frequentemente colocaram a questão da organização – entendida por Tarrow (2009, p. 159) como “estrutura de mobilização” – no cerne do debate sobre a natureza dos movimentos sociais. Ao teorizar sobre os movimentos sociais, ele afirma que estes “precisam reunir pessoas, formar coalizões, confrontar opositores e assegurar seu próprio futuro depois da recreação do pico da mobilização”, mas também precisam de algum grau de organização para ter capacidade de manter o confronto<sup>5</sup>. De acordo com Tarrow (2009, p. 160), as ações coletivas podem ter a coordenação de uma única organização, de uma coalizão de organizações, ou não serem coordenadas por ninguém em particular. Neste trabalho partimos da necessidade de se pensar antigos e novos referenciais de análise para a compreensão da configuração militante dos coletivos que constituem o Mdl e que realizam manifestações em Belém desde junho de 2013.

A pluralidade de espaços de participação (grupos organizados e estruturados presencialmente; grupos híbridos, isto é, criados a partir dos integrantes que se reúnem e discutem de forma presencial, mas que possuem membros que aderem apenas virtualmente; grupos que se organizam apenas virtualmente) passaram a permitir que os coletivos se apropriassem e se utilizassem da rapidez dos processos

---

<sup>5</sup> Tarrow (2009, p. 159-160) distingue três aspectos diferentes da organização de um movimento: a) o significado dominante do termo: “organização hierárquica formal”; b) a “organização da ação coletiva para contatos com opositores”; por fim, refere-se “às estruturas conectivas que ligam líderes e seguidores, centro e periferia, e partes diferentes de um setor de movimento, possibilitando a coordenação e a agregação entre as organizações de movimento e possibilitando aos movimentos persistirem mesmo quando falta uma organização formal”.

de informação tanto para comunicação intra e intergrupala, como para a mobilização e recrutamento de novos integrantes.

Desde as mobilizações de massa de 2013, diversos tipos de ativistas foram às ruas com demandas também variadas. Tivemos coletivos novos, com formatações de organização horizontal, semelhante ao MPL, movimentos sociais tradicionais e sindicatos, vinculados aos partidos políticos de esquerda e organizações de coletivos vinculados aos partidos políticos de direita. Essas idas e vindas de diferentes coletivos aos espaços públicos do Brasil e, especialmente, de Belém, nos leva a compreender que está havendo uma reconfiguração do ativismo contemporâneo, no que se refere à gramática de mobilização e organização dos coletivos que está polarizada entre esquerdas e direita.

Na mesma linha de transformação, as organizações e os coletivos juvenis parecem estar inscritas num outro paradigma de participação e ação coletiva. Tais organizações, como por exemplo, Movimento Belém Livre (MBL)<sup>6</sup>, Levante Popular da Juventude, Movimento de Mulheres Olga Benário - Pará, Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), dentre outros, trazem consigo elementos, estratégias de mobilização, repertórios e formas de organização característicos do que Gohn (1997) denominou como Teoria da Mobilização Política (MP). Essa abordagem seria um enriquecimento das discussões teóricas desenvolvidas pelos estudiosos pertencentes às correntes da Mobilização de Recursos (MR), predominante dos Estados Unidos, e dos Novos Movimentos Sociais (NMS), com predominância na Europa (TILLY, 1984; TARROW, 2009 [1994]; McADAM, 1982; SNOW & BENFORD, 1988; DELLA PORTA & DIANI, 2006[1999]).

Para esse artigo, e inspirados em Gohn (1997, p. 76), adotaremos não apenas essa nomenclatura, teoria da Mobilização Política (MP), como também esse direcionamento teórico, tendo em vista que ele é o que melhor ilumina a discussão sobre os processos e as formas de mobilização e organização dos coletivos envolvidos nas ações coletivas de protesto realizadas em Belém a partir de junho de 2013. Ressaltamos que essa teoria não teve muita receptividade pelos estudiosos brasileiros. Dentre os autores dessa teoria a serem mencionados, Tarrow (2009 [1994]) é o mais citado na literatura nacional sobre os movimentos sociais (GOHN, 1997; ALONSO, 2009; BRINGEL, 2011) e, em menor proporção, Tilly (1984), que vem

---

<sup>6</sup> O MBL foi criado em Belém, em junho de 2013. Tem amplitude local, diferente do Movimento Brasil Livre (MBL), nacional, com objetivo de divulgar notícias e fomentar discussões sobre as manifestações no país, organizar e mobilizar para manifestações locais..

fundamentando os estudos de Alonso (2009, 2012) sobre repertórios. Aqui, vários estudiosos referem-se a outros autores como, por exemplo, Alain Touraine (2006).

O objetivo geral deste artigo é identificar conteúdos, formas organizativas e estratégias de mobilização e interação dos coletivos que constituem o Mdl em Belém, que indiquem o surgimento de uma nova configuração militante. Tomamos as manifestações realizadas a partir de junho de 2013 em Belém até o mês de maio de 2017, período que analisamos aqui, como objeto de pesquisa para conduzir a investigação proposta. Para desenvolver e discutir este objetivo, buscamos orientar nossa reflexão a partir dos seguintes questionamentos: Como os coletivos se organizam e se mobilizam antes e durante as manifestações? Como se realiza o processo de interação entre os coletivos que participam das ações coletivas de protesto?

### **Breve introdução ao Mdl em Belém**

Em Belém, como no restante do país, já havia um contexto de manifestações anteriores a junho de 2013. Como afirma Bringel (2015), “as mobilizações de junho de 2013 no Brasil nem começaram, nem acabaram em junho”. Em Belém os movimentos sociais juvenis vêm realizando manifestações ao longo das últimas décadas e uma das bandeiras é a luta contra os constantes aumentos das tarifas dos transportes públicos, foco inicial das manifestações de São Paulo. Portanto, as manifestações de junho de 2013 não surgiram de repente, nem foram tão espontâneas quanto indica o slogan “o Brasil despertou”.

A participação juvenil em ações coletivas de protesto em Belém também não se iniciou em 2013, como se poderia imaginar. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por lutas intensas dos estudantes pela concessão da meia-passagem universal para os estudantes, isto é, o benefício para todos, incluindo-se os estudantes da rede privada. Essa luta uniu as diferentes correntes de movimentos estudantis não apenas pela meia-passagem, mas também, pela desburocratização ampla com uso das carteirinhas e o pagamento da meia-passagem direto nos ônibus. Foram manifestações que geraram “confrontos violentos de rua entre manifestantes e policiais com quebra-quebra de ônibus, em destaque nacional” (FONTES, 2010, p. 1).

Depois destas lutas, vieram as manifestações contra os aumentos das tarifas dos transportes coletivos.<sup>7</sup> As ações coletivas de protestos, no entanto, não se reduziram aos atos contra os aumentos das tarifas. Dentre as diversas pautas defendidas pelos coletivos, os movimentos estudantis saíram às ruas em defesa da educação em agosto de 2011, mobilizados por um conjunto de entidades<sup>8</sup> que se uniram para exigir a destinação de 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação<sup>9</sup> e a realização de eleições diretas para diretor nas escolas. Mas nenhuma desses protestos foi capaz de mobilizar tanta gente como em 2013.

Não foram, no entanto, estes movimentos juvenis dotados de experiência como ativistas de ações coletivas de protesto os “movimentos iniciadores” (McADAM, 1995)<sup>10</sup> do Mdl, que desencadearam as manifestações em Belém em junho de 2013. Diferente do que ocorria desde meados dos anos de 1990, em que os principais protestos eram organizados por movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, as manifestações de rua realizadas a partir de junho de 2013 tiveram, inicialmente, o protagonismo dos jovens sem vinculações político-partidárias, os movimentos “autonomistas” (ALONSO; GUICHENEY; SOUZA, 2017, p. 6), como o MPL e o Movimento Belém Livre (MBL)<sup>11</sup>. Esse movimento foi criado abruptamente e ainda sem muito planejamento e organização. Dado o momento de efervescência nacional, seus idealizadores sentiram a necessidade de organizar um coletivo para coordenar a manifestação e que serviu como mobilizador das demais realizadas desde junho de 2013 até meados de 2015.

Enquanto as manifestações iam se espalhando pelo país, os movimentos sociais locais, como se estivessem anestesiados, ficaram apenas observando sem

---

<sup>7</sup> Em 2005 a passagem foi reajustada de R\$ 1,15 para R\$ 1,25; em 2006 para R\$1,35; em 2007 para R\$ 1,50; em 2008 para R\$ 1,70; em 2010, a passagem passaria a custar R\$ 1,85, mas a justiça revogou o aumento; em 2011 para R\$ 2,00; em 2012 para R\$ 2,20; em 2013, em junho os manifestantes pediam a redução da tarifa de R\$ 2,20 para R\$ 2, sem êxito; em 2014 aumentou para R\$ 2,40; em 2015 para R\$ 2,70; em 2017 para R\$ 3,10.

<sup>8</sup> União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES); União Acadêmica Paraense (UAP); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

<sup>9</sup> A Lei nº 13.005/2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a aplicação de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação até 2024. Pela Lei 12.351/2010, que criou do fundo social (FS), são destinados 50% dos recursos oriundos da exploração de petróleo e gás natural para a remuneração à educação.

<sup>10</sup> Doug McAdam (1995) distingue analiticamente os movimentos sociais entre “movimentos iniciadores”, que seriam “responsáveis por identificar brechas, realizar enquadramentos provisórios, agitar e encorajar a mobilização social” e “movimentos derivados”, que seriam “intérpretes criativos” do cenário aberto pelos primeiros, quando são bem-sucedidos.

<sup>11</sup> Desde o primeiro momento o MBL era o coletivo reconhecido pelas massas e pelas demais organizações para mobilizar para os protestos naquele momento. Seus principais moderadores, tinham a capacidade para mobilizar os movimentos sociais locais, os partidos políticos e a população da Região Metropolitana de Belém (RMB).

esboçar qualquer tentativa de mobilizar a população de Belém para realizar atos de protestos. Foi o Movimento Belém Livre (MBL), composto por pessoas sem nenhuma experiência ativista e por uma diversidade de coletivos,<sup>12</sup> o iniciador e o principal difusor do Mdl em Belém, conforme afirma um dos coordenadores do Movimento Juntos-Pará em 2013.

Então a gente ficava assim: “Égua, a gente chama alguma coisa ou não chama?”. E aí que tá o X da questão. Porque aqui em Belém até o chamado foi feito de forma espontânea. A gente descobriu que já tinha sido feito um chamado [...]. Quando nós vimos esse evento eu lembro que foi um amigo meu que tava organizando uma manifestação sobre a questão do bandeirão do RU [Restaurante Universitário] na UFRA. Aí, um amigo meu: "Tu já viu no movimento [MBL]? Tão chamando pra manifestação aqui em Belém". Aí, eu falei: "Foi? Cadê?". Ai, ele me mostrou. Ai, ele falou: "Cara, já tem 5.000". E aí, a gente fez uma reunião do “Vamos à Luta” e a ANEL, que é uma entidade estudantil, pra ver como a gente ia se somar a isso. (Coordenador do Movimento Juntos em 2013)<sup>13</sup>.

Daquele momento em diante, Belém tomou conhecimento de um novo tipo de expressão coletiva, que introduz outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais ‘clássicos’ de representação social (partidos, governos, sindicatos, etc.), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum: os coletivos “autonomistas” (ALONSO; GUICHENEY; SOUZA, 2017, p. 6). Entre tais coletivos se incluem o MBL, o “Fora do Eixo”, entre outros, que buscaram inspiração no MPL que, a exemplo dos movimentos por justiça global, tem uma forma de ativismo peculiar: deliberação por consenso, negação de lideranças e sem hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, sobrepondo expressão artística e política (ALONSO; GUICHENEY; SOUZA, 2017, p. 6).

Como Belém não sediaria competições das Copas das Confederações em 2013 e do Mundo em 2014, o MBL focou suas pautas em questões locais. Por isso, os idealizadores do Movimento dos Indignados fizeram a mobilização para a primeira manifestação utilizando o slogan: “O BRT parou uma avenida, vamos parar a cidade!”

---

<sup>12</sup> As organizações eram múltiplas e com formações e dinâmicas internas diversificadas. Dentre os autonomistas: MBL, Movimento Passe Livre – Belém, Movimento Unificado Paraense, Fora do Eixo, Mídia Ninja e Federação Anarquista Cabana. Dentre os movimentos socialistas: Movimento de Mulheres, Movimento Xingu Vivo, Movimento Juntos!, ANEL, UJS, UBES, UNE, Sindicato dos Professores, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e os partidos políticos (PT, Psol, PSTU, PSOL e PCdoB).

<sup>13</sup> Essa entrevista faz parte do material já coletado para a elaboração da tese sobre o Movimento dos Indignados (Mdl) em Belém, a ser concluída até março de 2018.

Eles reivindicavam a retomada das obras do “BRT Belém”<sup>14</sup>, cuja paralisação transformou o trânsito da Avenida Almirante Barroso (principal via de entrada e saída de Belém), habitualmente complicado, em caótico. Com a questão da mobilidade urbana prejudicada pela não conclusão das obras do BRT, o MBL “acendeu a chama da mobilização social” (BRINGEL, 2013, p. 44).

Somente depois da resposta positiva de milhares de pessoas à convocação do MBL que os movimentos socialistas “acordaram” e decidiram se juntar àquele coletivo. Tais movimentos estão enraizados no Brasil e no Pará há bastante tempo e têm por referência os movimentos operários tradicionais. Em Belém, eles são compostos por movimentos sociais [e estudantis], sindicatos e partidos com suas bandeiras vermelhas, possuem uma tônica redistributiva e liderança centralizada. Eles haviam dominado as manifestações de rua pelo país [e em Belém] desde o período de redemocratização até eleição do ex-presidente Lula (ALONSO; GUICHENEY; SOUZA, 2017, p. 6). Segundo o diretor da UNE e filiado à União da Juventude Socialista (UJS) à época, alguns líderes de movimentos sociais e estudantis foram convidados pessoal ou virtualmente para participar do processo de organização e mobilização das manifestações coordenadas pelo MBL em junho de 2013.

Eu sei que, eu não lembro se ela me mandou um convite pelo Facebook ou uma mensagem convidando pra uma reunião lá na seda da turma do “Fora do Eixo”. Quem participou da reunião foi eu e o menino que é hoje o presidente da UJS, o Cleiton [...]. Foi a gente [...], o Levante Popular da Juventude e a turma do Fora do Eixo. Foi lá na sala deles. Aí ela conversou com a gente pra saber como a gente podia apoiar a iniciativa, porque quando ela criou o evento, foi logo depois daquele período que teve aquelas repressões lá em São Paulo né, que no primeiro momento foi o que fez bombar as manifestações (Diretor da UNE em 2013)<sup>15</sup>.

Verifica-se que os movimentos “socialistas” locais foram surpreendidos pela convocação do MBL e tornaram-se “movimentos derivados”, na medida em que, tendo sido a primeira convocação bem-sucedida, interpretaram criativamente o cenário aberto nacionalmente pelo MPL e localmente, pelo MBL, e redirecionaram a pauta principal das manifestações, retomando suas lutas pela redução do preço das tarifas dos transportes coletivos urbanos. O diretor da UNE e filiado à UJS em 2013, faz um relato sobre esse redirecionamento da pauta das manifestações.

---

<sup>14</sup> O BRT Belém é um modelo de transporte coletivo de média capacidade que terá ônibus expressos trafegando em canaletas específicas, com terminais de parada adaptadas para o acesso dos passageiros. Essa obra foi iniciada em janeiro de 2012 e, segundo o prefeito, não será concluída e entregue à população até 2021.

<sup>15</sup> Essa entrevista faz parte do material já coletado para a elaboração da tese sobre o Movimento dos Indignados (Mdi) em Belém, a ser concluída até março de 2018.



A nossa fala sempre foi no sentido de definir uma pauta pra gente ter vitória concreta. Porque começou essas manifestações [...]. Teve no Rio Grande do Sul e teve em Goiás, né. Então, lá em Goiás, depois de um tempo de manifestações, aprovou o passe livre. E aí, a gente queria que tivesse uma pauta concreta: que diminuísse a tarifa ou que tivesse o passe livre, um dos dois, de preferência [...]. Mas a nossa ideia sempre foi ter uma pauta pra gente ter uma vitória concreta porque, chegava na hora, nas reuniões, queriam colocar assim, dez milhões de pautas pra gente reivindicar (Diretor da UNE em 2013).

A partir do final do mês de junho, quando houve a desestruturação das manifestações de massa em Belém causada principalmente pelas férias escolares, pela repressão policial aos manifestantes e pela derrota do MBL quanto ao pleito da redução do preço das passagens de ônibus de R\$ 2,20 para R\$ 2,00, que havia se tornado uma das principais pautas a partir da segunda manifestação. A exemplo do que ocorria no país, os movimentos “socialistas”, aliados aos “autonomistas”, voltaram a fazer mobilizações e colocar em debate suas demandas e lutas específicas, mas sem o mesmo poder de arregimentação do período anterior. Os protestos generalizados de junho se transformaram em passeatas, greves e concentrações, ocupações, acampamentos e reivindicações mais focadas. A grande maioria desses eventos passou a ser realizada em parceria entre o MBL e as categorias específicas: trabalhadores em supermercados, entidades médicas, estudantes, professores, bancários, servidores públicos, policiais, operários, urbanitários e diversas outras categorias. Além disso, o anfiteatro da Praça da República, palco de todas as reuniões de planejamento e organização das manifestações de junho, continuou a ser utilizado como local de encontro, assim como a página do MBL ainda era o principal canal virtual de divulgação e mobilização.

Em 2014, outro tipo de manifestante foi às ruas: os “patriotas”. Esses manifestantes são assim denominados por Alonso e Mische (2015, p. 8) porque eles reproduziam nas ruas uma estética e um discurso nacionalista: “as cores da bandeira e o hino nacional, slogans do tipo ‘o gigante acordou’, cânticos geralmente entoados em jogos da Seleção de futebol – ‘sou brasileiro, com muito orgulho e muito amor...’ – e o verde-amarelo pintado no rosto que remetia aos “caras-pintadas” das manifestações do “Fora Collor” em 1992”. Este movimento tinha como principais convocadores os grupos: Movimento Brasil Livre de amplitude nacional (diferente do

MBL autonomista de Belém),<sup>16</sup> Revoltados Online<sup>17</sup> e Vem pra Rua.<sup>18</sup> Eles eram compostos principalmente por pessoas de “classe e preferência política dominantes: gente afluyente, branca, individualista, liberal, antipetista” (ALONSO, 2015, p. 1). Este movimento foi o responsável por trazer a pauta do *impeachment*, algo não levantado pelos autonomistas de junho. Em todo o país eles avolumaram-se e ganharam a hegemonia das ruas no país (ALONSO; GUICHENEY; SOUZA, 2017, p. 6). Em Belém, no entanto, os “patriotas” não realizaram nenhuma manifestação em 2014.

Somente a partir de março de 2015, os “patriotas” foram ganhando expressão em Belém, à medida que foram realizando manifestações até a efetivação de sua reivindicação, que é a saída de Dilma Rousseff. Eles inauguraram sua participação nos protestos, no dia 13 de março. Cerca de 30 mil pessoas caminharam da Praça da República até a Praça Santuário, em frente à Basílica de Nazaré, local de encerramento, vestidos de verde e amarelo, carregando bandeiras do Brasil, ao som do Hino Nacional e fazendo um enorme “apitajo”. Em 2015, eles ainda realizaram mais quatro atos, com uma média de 5.000 pessoas, tendo a Praça da República como local de chegada ou saída.

Por outro lado, a pauta do *impeachment* foi o que fez os “socialistas” ressurgirem em 2015, agora na liderança das manifestações contra a saída de Dilma Rousseff. Os autonomistas assumiram o papel de coadjuvantes nesse processo de mobilizações de apoio à então presidente do país. Esse retorno dos socialistas às ruas, associados aos autonomistas deu início à polarização do país entre os pró-*impeachment* e os anti-golpe. Em março de 2015, para se contrapor ao primeiro ato dos “patriotas” que pediam o afastamento da presidente Dilma, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizou uma manifestação na Praça da República da qual participaram cerca de 100 pessoas. No dia 31 de julho, a CUT realizou novo ato contra o *impeachment*, com o mesmo número de participantes. No dia 20 de agosto, foi realizado o primeiro ato conjunto dos movimentos sociais e centrais sindicais que viriam a compor a partir do outubro a Frente Brasil Popular (FBP) em Belém que

---

<sup>16</sup> O MBL foi fundado em novembro de 2014, foi o principal responsável pela convocação das manifestações pró-*impeachment* no período de 2015 a 2016. Eles se autodenominam “uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal)>. Acesso em 1 jun. 2017.

<sup>17</sup> O “Revoltados Online” foi fundado em 2004 e, segundo Alonso (2015, p. 1), se situa “à direita: moralistas (defendem a família tradicional), militaristas e anticomunistas (acusam excesso redistributivista do PT”).

<sup>18</sup> O “Vem pra Rua” foi fundado em setembro de 2014 em apoio ao então candidato presidencial Aécio Neves. Desde abril de 2015, passou a apoiar o *impeachment*. (RUFFATO, 2016, p. 1).

solidificou a junção dos movimentos “autonomistas” e “socialistas”<sup>19</sup>. No dia 16 de dezembro, a FBP realizou a primeira manifestação contra o *impeachment* de Dilma Rousseff<sup>20</sup>. Foi a primeira vez que a bandeira da FBP foi conduzida à frente da manifestação. A partir de então, todos os atos contra o *impeachment* passaram a ser coordenados pela FBP.

No dia 13 de março de 2016, os “patriotas” realizaram a maior passeata organizada em Belém. Este ato levou às ruas em torno de 20 mil pessoas.<sup>21</sup> Desde então, não conseguiram mais mobilizar um grande número de participantes. Nos três atos realizados até julho de 2016, a participação foi decrescendo, até que no último participaram somente cerca de 500 pessoas.

Objetivando unificar a luta contra o *impeachment* que a FBP já conduzia em Belém desde o ano anterior, em 2016 foi criada a Frente Povo Sem Medo (FPSM). Ela foi criada a partir da associação entre partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais que se consideravam “oposição à esquerda” ao governo Dilma.<sup>22</sup> Ainda assim, a FPSM atuou junto com a FBP (dirigida por grupos governistas e aliados ao PT) em diversas manifestações contra o *impeachment* de 2016, todos com a participação de mais de trinta entidades envolvendo sindicatos, associações, movimentos sociais, movimentos estudantis e partidos políticos de esquerda.<sup>23</sup> Após

---

<sup>19</sup> O primeiro ato conjunto foi realizado em frente ao Pronto Socorro Municipal, localizado na travessa 14 de março, e reuniu cerca de 400 pessoas que saíram em caminhada até a praça do Mercado de São Brás. No dia 7 de setembro, mais um ato unificado foi realizado, mas o apoio à Dilma ainda era secundário. A pauta principal era os direitos dos trabalhadores. Esse ato reuniu cerca de 500 pessoas.

<sup>20</sup> Este ato contou com cerca de 15 organizações, entre movimentos sociais e partidos políticos. Dentre os partidos políticos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Dentre os sindicatos: Central da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Dentre os movimentos sociais: Movimento de Mulheres Olga Benário – Pará, Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), União da Juventude Socialista (UJS), Levante Popular da Juventude – Pará, União dos Estudantes Secundaristas de Belém (UESB), Movimento Ruptura Socialista (MRS) e União Brasileira de Mulheres – Pará (UBM).

<sup>21</sup> O Laboratório de Ciência Política da UFPA, coordenado pelo professor Edir Veiga, realizou enquete com os participantes para definir o perfil dos manifestantes. Constatou-se que eles pertenciam majoritariamente à classe média e média-alta, que condena a ascensão social dos pobres. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/03/17/a-face-verdadeira-dos-manifestantes-de-13-de-marco/>>. Acesso em 22 mai. 2017.

<sup>22</sup> Entre as organizações que compõem a FPSM em Belém, estão o PSOL, PSTU, a UNE, a CTB, a CUT, Juntos!, Levante Popular da Juventude, a FACA, MAIS, Movimento de Mulheres Olga Benário, dentre outros.

<sup>23</sup> Dentre as manifestações realizadas em 2016 em Belém, podemos citar três como as maiores. A realizada no dia 18 de março, que mobilizou cerca de 20.000 mil pessoas que caminharam da Praça da República até São Brás. A segunda aconteceu no dia 31 de março. Cerca de 20 mil pessoas se em São Brás e realizaram uma marcha noturna até a Aldeia Cabana, no bairro da Pedreira onde foi realizado um show cultural com a apresentação de artistas locais. O terceiro foi realizado no dia 17 de abril, data em que a Câmara Federal decidiu pelo prosseguimento do processo de *impeachment*. A duas Frentes fizeram uma convocação para os movimentos sociais assistirem à votação pelo telão que

o *impeachment*, as frentes passaram a realizar atos pelo “Fora Temer” e contra a aprovação da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista. Também participaram como apoiadores das manifestações para combater a violência contra as mulheres e as manifestações do Movimento “Ocupa UFPA” que também se opunha às reformas do novo governo<sup>24</sup>.

Desde o *impeachment* de Dilma no dia 31 de agosto de 2016, quando Temer foi empossado como Presidente, os “patriotas” tentam liderar a agenda da reforma política, mas já sem a mesma capacidade de arregimentação. Em Belém, eles convocaram um ato em defesa da “Operação Lava-Jato”, realizado no dia 26 de março de 2017, ao qual compareceram cerca de cinquenta pessoas. Depois desse fracasso, não fizeram mais convocações.

Os “socialistas”, representados pelas FBP e FPSM, realizaram dez manifestações pelo “Fora Temer” em Belém.<sup>25</sup> Na agenda de manifestações das frentes, foi marcada uma nova greve geral para o dia 30 de junho próximo, pela saída do presidente Michel Temer e a convocação de eleições diretas e contra as reformas trabalhista e da Previdência.

### **Organização e estratégias de mobilização do Mdl em Belém**

Dentre os movimentos que têm realizado manifestações a partir de junho de 2013, os “autonomistas” possuem uma dinâmica organizacional baseada na escolha pela mobilização de pessoas e não de recursos propiciadas pelo uso de “tecnologias de mobilização”, “enfaticam a participação e democracia direta, opõem delegação de poder e privilégio de tomada de decisão consensual”. (DELLA PORTA; DIANI, 2006 [1999], p. 141)<sup>26</sup>. Assim, os coletivos integrantes do Mdl em Belém, especialmente o MBL, optaram pela utilização de “tecnologias de mobilização” disponíveis como as

---

instalaram na avenida Almirante Barroso, em frente à Praça da Leitura, em São Brás, do qual participaram cerca de 5.000 pessoas de Belém e de mais de vinte municípios.

<sup>24</sup> Estudantes da UFPA ocuparam a reitoria no dia 7 de novembro de 2016, em protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, após uma assembleia que reuniu cerca de dois mil alunos. A ocupação terminou no dia 19 de dezembro, após o reitor reunir com os estudantes e prometer cumprir algumas das reivindicações dos estudantes, que vão desde a não redução das vagas de vestibular, passando por melhorias nos prédios, criação de novas bolsas de pesquisa e de assistência estudantil, ampliação dos Restaurantes Universitários etc.

<sup>25</sup> A maior das manifestações convocadas pelas FBP e FPSM em Belém ocorreu no dia 28 de abril, “Dia Nacional de Greve”. Cerca de 50 mil pessoas participaram da marcha e diversas ruas estratégicas da capital foram fechadas. Para a passeata os trabalhadores se concentraram na Praça da República pela manhã e seguiram em marcha pela avenida Nazaré até São Brás.

<sup>26</sup> Segundo Della Porta e Diani (2006 [1999], p. 141), esse tipo de estrutura participativa, que também favorece a solidariedade interna, se aplica aos Fóruns Sociais contemporâneos, bem como a praticamente todos os movimentos sociais que têm seguido um ao outro desde os anos 1960.

redes sociais (Facebook, Twitter e WhatsApp), que requerem pouco ou quase nenhum recurso, mas a capacidade de lidar com essas novas ferramentas que lhes proporciona a capacidade de mobilizar o maior apoio possível do público em geral. Essa publicidade promovida pelas mídias sociais permite que as mensagens e imagens sejam transmitidas em tempo real para milhões de pessoas, encorajando-as a seguir o exemplo dos movimentos e levando-as a encarar com simpatia suas reivindicações. Isso tornou possível preparar e coordenar as manifestações sem que tais movimentos precisem arcar com os custos financeiros de construir e manter organizações de massa (TARROW, 2009, p. 168). Nas palavras de Laet (2015, p. 13)

Esta mídia, então, atrai as pessoas à rua e como um ímã nos leva a estar nos locais onde ocorre o evento ao mesmo tempo em que será a partir dela que faremos o evento acontecer. Não basta estar no ciberespaço, é preciso participar do assunto do momento e fazer do que nos interessa o assunto do momento.

Na ação na cidade mídia, o agente forma espaços públicos onde age como um *flâneur* que registra o que ocorre na cidade fixando, através de sua câmera, a experiência de estar na rua. Compartilha seu próprio olhar e sua vivência nas redes chamando outras pessoas a habitarem os mesmos espaços que ele, narrando sua própria história. Esta é uma narrativa coletiva e fragmentada, em que cada um dá sua contribuição.

A comunicação via rede, portanto, se tornou fundamental para a articulação de ações coletivas do Mdl. As formas em que ela se constitui vão além dos computadores e da internet, tendo nos celulares e em diferentes tipos de mídias móveis novas, possibilidades de registro instantâneo que podem se configurar como arma de luta nas ações que geram reações em resposta (GOHN, 2014, p.141). E foi esse poder comunicativo das mídias sociais que teria possibilitado a massificação das propostas e a agilidade de debate, mobilização e organização dos coletivos e dos eventos por eles realizados. A essas novas ferramentas de divulgação foi acrescentada outra de alcance muito mais amplo: o aplicativo móvel de mensagens instantâneas WhatsApp. Essa nova ferramenta tem sido utilizada pelos coletivos do Mdl desde 2014. Cada coletivo criou um grupo para divulgação dos eventos, publica notícias e vídeos de interesse do coletivo e também encaminha discussões sobre as ações do coletivo. Mas nenhum deles abre mão das reuniões presenciais e de realizar manifestações.

O movimento autonomista MBL, ícone do Mdl em Belém, se encaixa perfeitamente nessa nova dinâmica organizacional e comunicacional. É um coletivo conduzido de forma não-hierárquica e não possui uma liderança pré-definida. Realiza reuniões de forma aberta e as decisões sobre o direcionamento das ações do grupo são tomadas de forma colegiada e registradas por meio de atas disponibilizadas na

página do Facebook. Para mobilizar outros coletivos e a sociedade em geral, o MBL optou por utilizar a sua página no Facebook e os contatos pessoais e por meio de reuniões com os coletivos, sindicatos e partidos políticos que se juntaram ao movimento, bem como com pessoas conhecidas, que poderiam contribuir com as discussões e pautas apresentadas.

A criação do espaço virtual possibilitou a transição para o contexto físico urbano das manifestações que ora milhares de pessoas, ora pequenos grupos realizam ações coletivas de protesto. Assim, o MBL aproveitou-se dessa hibridez entre o virtual e o presencial para estabelecer um espaço de discussão e análise crítica dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira e mobilizar milhares de pessoas tanto para ir às ruas, quanto para postar as imagens de sua participação nos atos, construir um debate que se iniciava nas redes e é levado para as reuniões abertas à participação de todos ou vice-versa. Pode-se dizer que o MBL encontrou um meio de se comunicar diretamente com parte da população e, ao mesmo tempo, a população passou a utilizar a internet como fonte primordial de informação sobre o que acontece durante as ações coletivas de protestos.

Até o final de 2014, o MBL foi a “pedra angular” do Mdl em Belém. Era esse movimento que organizava todos os atos de protestos. Desde o final de 2015, entretanto, não realizou mais reuniões presenciais e seus membros se juntaram à FBP, ao coletivo Ocupar a República e à FPSM. A partir desse novo direcionamento, não mais organizou atos próprios e seus integrantes passaram a participar dos atos convocados por estes coletivos. A página do MBL no Facebook passou a ser utilizada apenas para divulgar os eventos organizados por outros coletivos. Se o MBL permanecer nesse estado de “hibernação” atual, tende a desaparecer como movimento. Segundo Rammstedt (1978, citado por RUCHT, 2002, p. 25), “movimentos necessitam movimentar-se para permanecer em movimento”.

A FBP e a FPSM, por sua vez, têm como forma de organizativa uma coordenação municipal, composta por cerca de dez integrantes da CUT, PT, Consulta Popular, CTB, PCdoB, Levante Popular da Juventude, PSOL, PSTU, SINTEPP, Associação dos Docentes da UFPA (ADUFPA), Movimento de Mulheres, entre outros. A estrutura organizacional da FBP, está de acordo com o que Tarow (2009, p. 165) denominou como “organização flexível”, ou “organização guarda-chuva frouxa”, por manter estruturas conectivas informais, que coordenam outras organizações autônomas participantes, sem tentar internalizá-las.

No caso das FBP e FPSM, essas organizações flexíveis se caracterizam pela adoção de uma coordenação colegiada, que leva em consideração a capacidade dos grupos integrantes para promover o trabalho da coalizão entre as organizações do movimento e para estabelecer conexões com as instituições políticas que, por sua vez, possibilitam às duas frentes operar, de fato, como movimento “representativo” (DELLA PORTA; DIANI, 2006 [1999], p. 143). “A existência de um número significativo de aliados aumenta as chances de sucesso para grupos que promovem protesto”, tendo em vista que “a capacidade de coordenar a ação e promover campanhas conjuntas facilita a difusão de protesto, e aumenta a relevância de certos temas na agenda política e as oportunidades para disseminar novas interpretações do conflito político e social” (DELLA PORTA; DIANI, 2006 [1999], p. 160).

O núcleo paraense da FPSM foi lançado em Belém em 2016, com a presença de Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do (MTST) e da FPSM. Na capital paraense, a frente foi criada a partir da associação entre partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais que se consideravam “oposição à esquerda” ao governo Dilma. Ainda assim, a FPSM atuou junto com a FBP em diversas manifestações contra o *impeachment* de 2016. A atuação conjunta continua em 2017, como na greve geral do dia 28 de abril e está novamente junto na coordenação da mobilização e organização da greve geral prevista para o dia 30 de junho. Por outro lado, no dia 24 de maio de 2017, a entidade realizou uma manifestação isolada da FBP, no mesmo horário, com objetivo similar na Doca de Sousa Franco. Eles não concordaram com a escolha do local pela FBP e decidiram então realizar sua manifestação em São Brás, tradicional local de protestos dos movimentos sociais.

As reuniões da FBP e FPSM são deliberativas e todos os presentes (não apenas a coordenação) participam do processo decisório. As pautas de consenso são decididas primeiro e, por fim, são debatidas para chegar a um consenso sobre os temas polêmicos. Todas as manifestações realizadas são antecedidas de reunião de planejamento e preparação, nas quais são definidas de forma voluntária, quem ficará responsável por cada uma das tarefas a serem realizadas antes, durante e depois dos atos. Também são realizadas reuniões de avaliação e deliberação de ações futuras.

A página da FBP no Facebook conta com três administradores e 1.146 membros e a página da FPSM, 1 administrador e 118 membros. Essa ferramenta é um dos principais meios de interação intergrupala, intragrupal e com a sociedade, mas

principalmente, de mobilização e recrutamento de novos integrantes. É principalmente nestas páginas que são divulgados os convites para as manifestações, são postadas as imagens e vídeos dos eventos realizados, bem como, fica aberto o espaço para o debate sobre os diversos temas postados por membros, administradores ou qualquer pessoa que deseje compartilhar algum fato ou ação.

Além dessa ferramenta, as FBP e FPSM utilizam ainda, duas outras formas de interação: a primeiro é a interação face-a-face, por meio das reuniões e durante a realização das manifestações onde os coordenadores se pronunciam utilizando o carro-som e também franqueiam a fala para os demais participantes se posicionarem. O segundo é o grupo de WhatsApp, onde a relação é intragrupal, visto que só os membros das Frentes podem participar das conversas. Por meio dessa ferramenta são realizadas discussões preliminares sobre os eventos, são informadas as novidades cotidianas sobre o cenário de lutas, são dadas sugestões para pautas e apresentadas propostas de pautas e datas para realizações das ações coletivas de protesto. Parte dos integrantes dos grupos de WhatsApp das FBP e FPSM pertencem também a outros coletivos, movimentos sociais ou partidos políticos e aproveitam esses espaços de interação para socializar informações com os demais membros acerca de outras ações e pautas dos demais coletivos.

Em Belém, os núcleos do Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e Revoltados Online atuam da mesma forma que as FBP e FPSM, isto é, realizam a maioria dos atos em conjunto. Apesar de terem levado milhares de pessoas às ruas da capital paraense, somente o MBL e o Vem Pra Rua possuem páginas locais no Facebook. Apesar das tentativas, não conseguimos ter acesso às datas e locais das reuniões destes movimentos a fim de observar a forma de organização, a interação e mobilização de cada um deles. Só foi possível ter acesso aos materiais de divulgação das manifestações nas páginas do Facebook. No entanto, nestes ambientes virtuais locais, não há informações que possam levar à identificação das suas formas organizativas e estratégias de mobilização e interação intra e intergrupala.

### **Considerações Finais**

As manifestações realizadas pelos Movimentos dos Indignados (Mdl) representaram, indubitavelmente, um divisor de águas na vida política do País, portanto, uma ruptura. Ruptura não só pela quantidade de pessoas nas ruas, como



na forma de organização e de tomada de decisão dos coletivos e na interação intra e intergrupala.

Desde junho de 2013 até hoje, a forma de interação do coletivo, seja entre os membros, seja entre um coletivo e os demais, seja entre estes e a sociedade se dá tanto pelas redes sociais, como face-a-face, o que possibilita um espaço de interação, mobilização e recrutamento mais abrangente. Essa forma híbrida de interação tornou-se um elemento importante na mobilização desde as manifestações de 2013, posto que se consegue assim, reunir em uma mesma marcha, diferentes coletivos, bem como pessoas, com e sem vinculação de militância.

Consequentemente, as mídias digitais como Facebook, Twitter e, mais recentemente o WhatsApp, posicionaram-se como um elemento importante da massificação das mobilizações, dos debates sobre as pautas, propostas ideológicas e políticas, e também como catalisadoras da sua materialização no contexto físico das atividades desenvolvidas nos espaços públicos. No entanto, as mídias sociais são sim importantes, é claro, mas não onipotentes. Neste intervalo entre junho de 2013 e maio de 2017, verificou-se que a interação realizada cara a cara e a ação coletiva realizada “no espaço físico ainda é o maior campo de batalha para a luta política” (TEJERINA; PERUGORRÍA, 2012, p. 107). O que se pode observar durante a pesquisa é que, na verdade, a maior parte das conversas realizadas na internet e nos grupos de WhatsApp são voltadas para um grupo interno ou já convertido, ou para o seu provável grupo demográfico. A possibilidade de arregimentação de novos ativistas é maior quando se alia o debate cara a cara, com o debate e a mobilização virtual.

Nesse período, novos alinhamentos organizativos também foram se (trans)formando. O MBL, iniciador do Mdl em Belém, surgiu como um furacão, mas foi perdendo capacidade de articulação e de mobilização para os atos convocados, até parar de realizar convocações e restringindo-se a divulgar em sua página as convocações de outros coletivos. À medida que junho de 2013 ficou no horizonte e o cenário político se tornou mais instável, por causa do processo do *impeachment* e das propostas de reforma da previdência e trabalhistas, que foram avançando, novos atores foram surgindo ou se (re)aglutinando.

De um lado, se juntaram os movimentos que apoiavam a cassação do mandato da (ex)presidente Dilma e as reformas em andamento. Acerca destes movimentos, não foi possível descobrir como se organizam e interagem entre si em Belém e também não foi o objetivo do trabalho, tendo em vista que não consideramos estes

movimentos como integrantes do Mdl. Foi possível somente identificar como interagem com o público externo: a página do Facebook.

De outro lado, o grupo contra o *impeachment* se organizou sob a coordenação de um colegiado e estabeleceu formas de deliberação por consenso em reuniões abertas à participação dos membros dos coletivos que o compunham. Esses espaços de decisão e debate tornaram as decisões mais democráticas, se aproximando um pouco do processo de organização e decisão dos movimentos “autonomistas”, iniciadores do Movimento dos Indignados. Essa forma organizativa possibilitou que os movimentos “socialistas”, compostos pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, unissem em torno de si, grupos diferentes em uma luta comum, para defender os interesses fundamentais e imediatos dos movimentos sociais de esquerda contra a burguesia, representada pelos coletivos “patrióticos” e vice-versa.

Por fim, constatamos durante a pesquisa realizada que, desde o surgimento do Movimento dos Indignados (Mdl), em junho de 2013 em Belém, houve uma reconfiguração dos movimentos sociais. Estes movimentos incorporaram formas de organização mais flexíveis, construíram formas híbridas de interação inter, intragrupal e com a comunidade, intercalando a comunicação virtual com o debate cara a cara, e também se estabeleceram espaços de decisão mais democráticos e participativos, em que todos os coletivos que compõem o Mdl podem participar da coordenação, sendo as decisões consensuais.

### **Referências Bibliográficas**

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**. São Paulo, n. 76, 2009, p. 49-86.

ALONSO, Angela. Protesto pode ser gigante, mas tende a ser estéril. **Folha de São Paulo**, 16 ago. 2015. Disponível em: <  
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669286-protesto-pode-ser-gigante-mas-tende-a-ser-esteril.shtml?cmpid=facefolha>>. Acesso em 21 mai. 2017.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, 2012, p. 21-41.

ALONSO, Angela; GUICHENEY, Hellen; SOUZA, Rafael de. “Os governos e as ruas”. **Le Monde Diplomatique**, ano 10, n. 117, abr. 2017, p. 6.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest em From contention to social change: rethinking the consequences of social movements and cycles of protests. **ESA Research Network on Social Movements Conference**, Universidade Complutense de Madri, fev. 2015, p. 16-19.

BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. O pouco que sabemos de junho. **Enfoques**, v. 13 (1), jun. 2014, p. 73-102.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, abr. 2011, p. 51-73.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Revista Insight e Inteligência**, ano XVI, jul./set. 2013, pg. 43-51.

BRINGEL, Breno. **O longo Junho**. As mobilizações de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil. Apresentação CIES-IUL, ISCTE, Lisboa, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://portuguesemovements.hypotheses.org/520>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAVIS, Mike. Chega de Chicletes. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo, Boitempo, 2012, p. 39-43.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. Blackwell Publishing, 2. Ed. 2006 [1999].

FONTES, Edilza. **O processo da conquista da meia passagem**. Disponível em: <<http://professoraedilzafontes.blogspot.com.br/2010/01/o-processo-da-conquista-da-meia.html>>. Acesso em 20 mai. 2017.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, mai./ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2013, p. 203-221.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LAET, Juliana. As Jornadas de Junho: o protesto político como espetáculo. In: **I Seminário Internacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília**, 2015, Marília. Anais do I Seminário Internacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília, 2015, p. 1-17.

LARAÑA, Enrique; DíEZ, Rubén. El aniversario de un movimiento internacional. Continuidad y poder de persuasión colectiva del 15-M. In: CÁCERES, Maria Dolores; LUCAS, Antonio (Ed.). **Crisis y cambios en la sociedad contemporánea: comunicación y problemas sociales**. Madrid: Fragua., 2012. p. 205-229.

LARAÑA, Enrique; DíEZ, Rubén. Las organizaciones reflexivas y el surgimiento de la sociedad civil en España. In: **XI Congreso Español de Sociología** (Ponencia del Grupo Movimientos Sociales, Acción Colectiva y Cambio Social). Madrid (UCM), jul. 2013.

McADAM, Doug. "Initiator" and "Spinoff" Movements: Diffusion Processes in Protest Cycles. In: M. Traugott (ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham, Duke University Press, 1995, p. 217-240.

RUCHT, Dieter. Sociedade como projeto – projetos na sociedade sobre o papel dos movimentos sociais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, ano 2, nº 1, jun. 2002, p.13-28.

RUFFATO, Luiz. O estranho silêncio das ruas. **El Pais [online]**, 22 jun. 2016. Disponível em:

<[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/22/opinion/1466595886\\_292025.html?id\\_externo\\_rsoc=TW\\_CM](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/22/opinion/1466595886_292025.html?id_externo_rsoc=TW_CM)>. Acesso em 15 mai. 2017.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TEJERINA, Benjamin; PERUGORRÍA, Ignacia. Continuities and Discontinuities in recent social mobilizations: from new social movement to the alter-global-mobilizations and the 15M. In: TEJERINA, Benjamin; PERUGORRÍA, Ignacia (ed.). *From Social to Political: New Forms of Mobilization and Democratization. Conference Proceedings*. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibertsitatea, 2012. p. 93-111.

TILLY, Charles. Les origines du répertoire d'action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. In: **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, n. 4, out. 1984. p. 89-108.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, 2006, v. 21, n.1, p. 17-28.